

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Mata Nacional dos Medos, classificada pelo Decreto-Lei nº444/71, de 23 de outubro, como Reserva Botânica, está integrada na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica (PPAFCC). Os seus 340 hectares estão sob gestão do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), contando com um Plano de Gestão Florestal, em vigor desde 2013, no âmbito da Lei de Bases da Política Florestal. O Plano estabelece o ordenamento florestal daquela área e regulamenta as intervenções de natureza cultural e/ou de exploração e visa a produção sustentada dos bens ou serviços originados na Mata, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica, assumindo-se a função ecológica como prioritária.

Esta Mata constitui-se como um importante elemento para a fixação das areias das dunas e resguardo dos terrenos para a atividade agrícola, para além de se caracterizar como um património essencial para a biodiversidade.

Desde dezembro de 2021 que ocorrem intervenções de larga escala na Mata, destacando-se o abate em grande quantidade de pinheiros mansos, assim como a instalações de estruturas de madeira, como passadiços, ao longo de vários quilómetros, entre o Posto da GNR da Fonte da Telha e a Base da NATO. Esta situação suscita grande preocupação sobre o estado da fauna, flora e solos da reserva, assim como das práticas decorrentes destas operações.

O Plano de Gestão Florestal prevê desbastes e desramações, mas, sendo uma Área Protegida/Reserva Botânica, estas ações devem ser reduzidas ao mínimo essencial, por meios que evitem a compactação dos solos, e minorando a destruição da vegetação autóctone arbórea, arbustivo e herbáceo, até para evitar a expansão de espécies invasoras já presentes naquela área

Contudo, as intervenções em curso assemelham-se mais a operações de exploração florestal do que a ações de gestão florestal preventiva, recorrendo ao uso de maquinaria pesada em dunas antigas e sensíveis, e à remoção abusiva de arvoredo.

Esta perda intensiva de coberto arbóreo associa-se a um crescente risco de propagação de incêndios, à desestabilização dos solos, perda de ensombramento e risco de proliferação de espécies xerófitas e invasoras, como a acácia.

Com esta intervenção, compromete-se ainda um conjunto de espécies florísticas - destacando-se a sabina-da-praia, o carrasco, o sanguinho-das-sebes, a aroeira, o lentisco-bastardo, o medronheiro, e o espinheiro-preto – e a fauna dominante, especialmente composta por espécies “em perigo” de extinção, como o coelho-bravo, “quase ameaçadas”, como a lagartixa-do-mato ibérica, e outras importantes espécies da região como a lagartixa-dos-dedos-denteados, o falcão peregrino, a gaivota-de-asa-escura e demais répteis, anfíbios, aves e mamíferos que ocorrem naquela área.

A valorização prevista como objetivo destas intervenções, segundo o ICNF, na verdade pode depreciar severamente a Mata Nacional, caso se confirmem os impactes negativos significativos nesta área protegida, nomeadamente no que respeita à estabilização dos solos e à biodiversidade, conforme associações ambientalistas, como a Quercus, a Acréscimo e a Íris, denunciam.

Financeiramente, verifica-se também a insustentabilidade da fonte principal de receitas da Mata: a produção de pinhas e pinhões nos povoamentos de pinheiro manso intervencionados. Paralelamente, as centenas de toneladas de madeira extraída da Mata, em toros (secções de troncos) ou em estilha, são receita do Estado, devendo haver um controlo, por parte do ICNF, do volume de madeira retirada à Mata no decurso dos intensos abates ocorridos.

O Plano de Gestão Florestal promove uma estratégia clara para a proteção deste património natural, mas a intervenção da ICNF contraria os objetivos do próprio Plano.

O projeto, a cargo da empresa Ambiflora – Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, contratada por 138,4 mil euros, visa ainda instalar uma rede de passadiços sobrelevados e novos equipamentos nos parques de merendas. Estas estruturas pretendem melhorar e ordenar a “visitação e educação ambiental”, garantindo maior acessibilidade, mobilidade e proteção dos cobertos vegetais. No entanto, não são conhecidos estudos sobre os impactes da facilitação da deslocação dentro da Mata, não sendo conhecido se o previsível aumento de acessos a áreas sensíveis e consequente perturbação da reserva natural, implicará impactes mais prejudiciais do que os que os promotores se propõem a combater. As novas clareiras abertas ao longo do percurso dos passadiços revelam a perda de coberto vegetal e a invasão do terreno por espécies exóticas.

O Bloco de Esquerda apoia melhores condições de visitação, acessibilidade e mobilidade, mas defende que este tipo de medidas devem ser previamente estudadas e avaliadas de modo que a sua aplicação não ponha em causa o superior interesse da preservação da natureza e da biodiversidade desta área protegida.

A população tem mostrado a sua preocupação com a delapidação da Mata Nacional dos Medos, olhando para a intervenção como uma operação de exploração florestal e um atentado ambiental que poderá suscitar graves consequências na estabilidade e sustentabilidade de uma das áreas protegidas mais importantes da região.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do*

*Ministério do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:*

1. Considera o governo que a intervenção em larga escala na Mata Nacional dos Medos, com destruição significativa de vegetação autóctone arbórea, arbustiva e herbácea, compactação de solos e perturbação da fauna, alguma dela ameaçada de extinção, se justifica no âmbito da execução do “projecto de conservação de habitats naturais e de valorização da PPAFCC”?
  - 1.1. Se sim, porquê?
2. De que forma está a ser acompanhada a execução das operações de abate, toragem, extração e trituração dos pinheiros mansos na Mata?
3. Quantos pinheiros mansos foram abatidos?
  - 3.1 Qual o destino dos materiais obtidos nestas extrações?
4. Está prevista a plantação de novos pinheiros mansos nas zonas intervencionadas?
  - 4.1 Se sim, quando?
5. Estão a ser implementadas medidas para mitigar os efeitos da maquinaria nos solos, na fauna e na vegetação da Mata?
  - 5.1. Se sim, quais?
6. Que meios serão acondicionados para responder ao impacto na flora e fauna desta área protegida?
- 7.. Estão previstas ações de monitorização e controlo de espécies invasoras?
  - 7.1. Se sim, que ações serão aplicadas e quando?
8. Foi realizado algum estudo sobre o impacto e a compatibilidade da instalação de passadiços com a preservação da biodiversidade da Mata?
  - 8.1. Se sim, pode o governo remeter o estudo a este grupo parlamentar?
  - 8.2. Se não, como justifica o governo a inexistência de avaliação de impactes decorrentes da instalação de infraestruturas numa área sensível como a Mata Nacional dos Medos?

Palácio de São Bento, 18 de fevereiro de 2022

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)